

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

QUADRO SÍNTESE DE AUDIÊNCIA

ENTIDADE	DEPUTADOS PRESENTES	DATA DA AUDIÊNCIA
<p><b>Movimento Nacional pela Abertura dos Bares (MAB)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Maria João Pinto Coelho</li> <li>➤ Filipa Carlos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ António Topa</li> <li>➤ Bruno Dias</li> <li>➤ Hugo Costa</li> <li>➤ João Gonçalves Pereira</li> <li>➤ José Luís Ferreira</li> <li>➤ Pedro Coimbra</li> <li>➤ André Pinotes Batista</li> <li>➤ Carlos Silva</li> <li>➤ Cristina Mendes da Silva</li> <li>➤ Duarte Marques</li> <li>➤ Emídio Guerreiro</li> <li>➤ Filipe Pacheco</li> <li>➤ Isabel Lopes</li> <li>➤ Jorge Paulo Oliveira</li> <li>➤ Jorge Salgueiro Mendes</li> <li>➤ Márcia Passos</li> <li>➤ Maria Manuel Rola</li> <li>➤ Nuno Fazenda</li> <li>➤ Paulo Moniz</li> <li>➤ Sofia Matos</li> </ul>	<p>20 de outubro de 2020</p> <p><a href="#">Gravação</a></p>
Exposição de Motivos	Questões colocadas pelos Deputados	
<ul style="list-style-type: none"> <li>➤ A Sra. Maria João Pinto-Coelho começou por apresentar o Movimento Nacional para Abertura dos Bares, esclarecendo que este movimento é integrado por bares (<i>pubs</i>), não</li> </ul>	<p><b>Jorge Mendes (PSD)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>➤ Após cumprimentar as representantes do MAB, foi referido que o GP PSD está a par da</li> </ul>	

## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

<p>representando cafés, discotecas ou casas de alterne.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Foi ainda referido que os bares que representa são inteiramente legítimos sendo, por isso, incompreensíveis os motivos pelos quais este setor continua sem qualquer apoio ou regulamentação específica, considerando que se encontram encerrados desde março de 2020 e não têm qualquer previsão para reabertura.</li><li>➤ Não obstante o encerramento dos bares se ter devido a razões de saúde pública, tendo sido uma das múltiplas medidas tomadas pelo Governo com vista à minimização dos impactos da pandemia Covid-19, os interesses privados resultantes da exploração de negócios não podem ser inteiramente desprotegidos como sucede, atualmente, com os bares.</li><li>➤ Assim, afigura-se necessária a adoção de medidas concretas por parte do Estado que permitam apoiar os empresários deste sector, compensando-os pela obrigação de encerramento a que têm estado sujeitos.</li><li>➤ Pela Sra. Filipa Carlos foi assinalada a situação de fragilidade e dificuldade que tem vindo a ser sentida pelo setor desde março de 2020, considerando que os empresários do mesmo estão impedidos de prosseguir os seus negócios.</li><li>➤ Deste modo, torna-se imprescindível que o Estado direcione apoios económicos para os pequenos empresários deste setor, sob pena de os mesmos terem de encerrar portas definitivamente, o que trará implicações irremediáveis nas cadeias de valor a montante e a jusante destes negócios, como o despedimento de trabalhadores, o endividamento das empresas e das famílias, bem como diversos impactos</li></ul>	<p>situação dos bares, tendo sido feitas tentativas, junto de outras forças partidárias, com vista a criar soluções para o setor dos bares.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Foi assinalado que, devido à pandemia Covid-19, foram vários os setores de atividade a serem mandados encerrar pelo Governo por motivos de interesse público e de controlo da pandemia, entre eles os bares e a maioria das atividades de diversão, pelo que o Estado deverá criar apoios específicos para esses setores.</li><li>➤ Quanto à criação de uma linha de apoio 100% constituída por fundos europeus para apoiar a exploração de bares, a mesma será difícil, na medida em que, tradicionalmente, tais fundos visam a criação de novos investimentos e não o apoio dos já existentes.</li><li>➤ Às representantes do MAB foi questionado sobre se tinham conhecimento da reabertura de negócios similares àqueles que as mesmas representavam independentemente da denominação da atividade dos negócios em causa (pubs, cafés, etc.).</li><li>➤ Por fim, foi manifestada disponibilidade por parte do GP PSD para, junto do Governo, ser encontrada uma solução viável para o setor.</li></ul> <p><b>André Pinotes Batista (PS)</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Após saudar as representantes do MAB, foi manifestada solidariedade para com os profissionais deste setor.</li><li>➤ Foi ainda referido que, apesar de este não ter sido o único setor económico obrigado a parar a atividade, o PS reconhece que o desaparecimento total da faturação impede o cabal cumprimento das obrigações assumidas pelos empresários do setor.</li><li>➤ Foi questionado às representantes do MAB sobre o número de empregados atualmente existentes no setor.</li><li>➤ Por último, foi referido que o PS não é alheio a esta situação, manifestando inteira disponibilidade para sensibilizar, uma vez mais, o Governo para os problemas atualmente vividos por este setor de modo a ser encontrada uma solução em conjunto.</li></ul>
---	--

## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

negativos em outras empresas que colaboram com o setor de forma regular (produtores, agricultores, distribuidores, etc.).

### **Maria Manuel Rola (BE)**

- Após um agradecimento às representantes do MAB pela exposição feita, foi referido que o BE se encontra a par dos atuais problemas vividos pelo setor tendo, aliás, já questionado o Governo sobre as soluções previstas para o mesmo.
- Mais se referiu que, às questões colocadas, o Governo tinha dado a entender que, atualmente, os bares com atividades de espetáculo e com serviço de bebidas já podiam reabrir, assim como o caso dos bares que servissem refeições e tivessem lugares sentados, embora estejam sujeitos às limitações de horários e às demais condições definidas pela Direção Geral de Saúde.
- Foram colocadas as seguintes questões:
  - (i) Qual a diferença de atividade entre os bares que já podem reabrir e os que são representados pelo MAB?
  - (ii) Tem havido diálogo com o Governo no sentido de o sensibilizar para essa diferenciação de atividades?
  - (iii) Quantos associados e bares representa o MAB e qual o número de trabalhadores envolvidos?
  - (iv) Em que medida os associados dos MAB estão a conseguir fazer face aos custos fixos da atividade exercida?
  - (v) Em que medida a lei das moratórias das rendas ([Lei n.º 4-C/2020, de 6 de abril](#)) tem servido para ajudar o setor?
  - (vi) Que medidas espera o MAB que sejam tomadas no futuro?

### **Bruno Dias (PCP)**

- Após saudar as representantes do MAB, foi manifestada solidariedade para com todos os micro e pequenos empresários do país que se encontram na situação descrita pelas representantes do MAB, bem como para com os trabalhadores que vivem situações dramáticas em resultado da situação pandémica vivida.

## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

	<p>➤ De seguida, foram colocadas as seguintes questões:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>(i) O que o MAB pretende é uma reabertura imediata dos bares ou, pelo contrário, defende-se que a reabertura seja feita no futuro, tendo em conta a atual situação pandémica?</li><li>(ii) A reabertura dos bares deveria ser feita com que tipo de restrições? Em que circunstâncias?</li><li>(iii) Em que medida os estabelecimentos que o MAB representa têm vindo a aderir à venda de refeições, à semelhança do que tem sucedido com atividades comerciais semelhantes?</li><li>(iv) Em que medida, e até que ponto, têm vindo a ser aplicadas as medidas previstas na Lei 4-C/2020, de 6 de abril? Tem havido acordos com os senhorios no sentido de negociar as rendas dos espaços onde se encontram os bares?</li></ul> <p><b>João Gonçalves Pereira (CDS-PP)</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Após cumprimentar as representantes do MAB, assinalou-se que o GP CDS-PP já questionou o Governo sobre a situação exposta, tendo sugerido que os bares reabrissem com medidas idênticas às aplicadas ao setor da restauração.</li><li>➤ No entender do GP CDS-PP, um setor encerrado tem de ser, obrigatoriamente, compensado, sendo necessário atender às especificidades de cada setor na medida em que os impactos sentidos por motivos da pandemia Covid-19 são diferentes consoante as atividades económicas exercidas.</li><li>➤ Foi ainda referido que os bares são ativos de uma cidade, havendo muitos empregos, diretos e indiretos, dependentes deste setor.</li><li>➤ Mais se referiu que o Governo deveria optar por dar apoios concretos a fundo perdido a este setor, pelo que o GP CDS-PP continuará a pressionar o Governo tendo em vista a implementação de soluções viáveis e efetivas.</li></ul>
--	--

## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

### Pretensões

- Criação de um regime próprio que possibilite a reabertura e funcionamento dos bares.
- Direcionar uma linha de financiamento a fundo perdido, atendendo aos financiamentos europeus que serão recebidos por Portugal, destinada a apoiar o setor dos bares.

### Respostas às questões dos Deputados:

- A Sra. Maria João Pinto Coelho começou por explicar que a disponibilização de linhas de crédito como forma de ajudar o setor não têm o efeito pretendido, na medida em que o setor está sobre endividado. Assim, as soluções terão de passar pela disponibilização de apoios a fundo perdido, sob pena de o setor ser obrigado a encerrar definitivamente.
- Foi ainda referido que os próprios meios de comunicação social têm dificuldade em perceber a realidade do setor em causa, confundindo-o, frequentemente, com cafés, discotecas e bares de alterne. Contudo, o MAB apenas representa bares com serviço de bebidas, estabelecimentos esses que laboram o ano inteiro, que têm serviço de mesa, bares com história, em alguns casos, e que existem há já vários anos.
- Defende-se que a abertura dos bares seja feita de modo a manter o horário habitual dos mesmos, isto é, de modo a que os bares possam funcionar à noite, na medida em que o horário de funcionamento das 08h00 às 20h00 não se compatibiliza com o próprio negócio, com a atividade desenvolvida, nem com o objetivo da mesma. Sendo os bares locais de lazer, para onde as pessoas se deslocam depois do seu horário de trabalho, com o intuito de descontraírem, conversar, conviver enquanto tomam uma bebida, restringir a abertura destes locais ao período diurno, impondo a proibição de venda de bebidas a partir das 20h00 contraria, fortemente, a *ratio* do próprio negócio.
- Acresce ainda que os empresários dos bares são os principais interessados em garantir que os seus estabelecimentos disponham de condições de segurança e saúde pública adequadas, de modo a não contaminar nem os seus clientes, nem os seus funcionários.
- Quanto aos desempregados no setor, não é possível adiantar um número, na medida em que diariamente estão a ser feitos novos despedimentos.
- Quanto ao balanço da MAB a cerca das medidas já existentes, o mesmo é fraco, considerando que estes apoios, para além de serem insuficiente para o setor, não atendem à especificidade do mesmo.
- Pela Sra. Filipa Carlos foi ainda esclarecido que, de acordo com a informação de que dispõe, o regime da moratória das rendas, previsto na Lei 4-C/2020, de 6 de abril, tem sido manifestamente insuficiente para ajudar o setor.



## Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

---

- Foi ainda referido que o objetivo dos empresários que detêm bares é o de poderem continuar a fazer a exploração dos seus negócios enquanto tal, sem se verem obrigados, como sucede atualmente, a alterar a sua atividade para restauração, com conseqüentes implicações na alteração do CAE e nas licenças camarárias.
- Por fim, assinalou-se que apesar de terem de existir limitações em todos os setores de atividades do país devido a razões de saúde públicas, aos bares poderiam ser aplicadas regras idênticas às que estão a ser usadas na restauração, permitindo-se a abertura dos mesmos ainda que com limitações na lotação máxima de clientes e proibindo-se a venda de álcool a pessoas que revelem sinais de estar alcoolizadas.

Deputado Pedro Coimbra  
Vice-Presidente da Comissão